

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

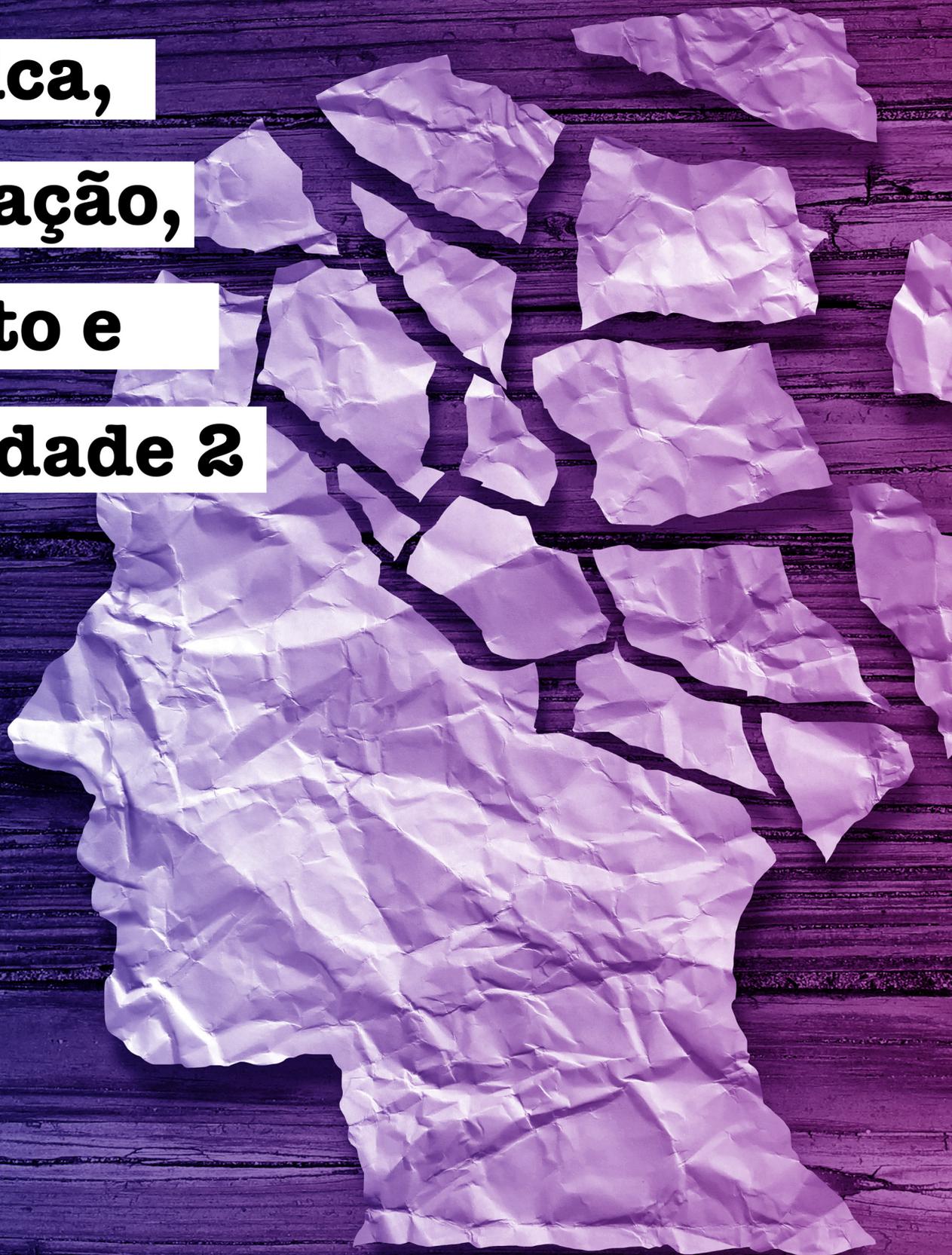
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem.** No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)

Mark Clark A. Carvalho

Doutor em Educação pela PUC/SP, Professor Associado do Centro de Educação, Letras e Artes da UFAC e Docente do PPGE/UFAC, markassen@yahoo.com.br.

Luciana Ferreira de Lira

Mestranda em Educação, PPGE/UFAC, Professora da Rede Municipal de Ensino de Rio Branco/AC, luciana6169@hotmail.com.

Mizraiam Lima Chaves

Mestranda em Educação, PPGE/UFAC e Professora da Rede Municipal de Ensino de Rio Branco/AC, mizraiam@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. Para tanto, utiliza como fonte primária de pesquisa dois dos jornais editados e com circulação regular no período de 1906-1930, os quais se constituíam, à época, no principal meio de comunicação utilizado. O estudo se caracteriza como sendo de natureza documental e se estrutura a partir da análise dos periódicos: “O Cruzeiro do Sul” e “A

Reforma”. A partir da leitura e sistematização das informações publicadas nos periódicos selecionados buscou-se encontrar referências que servissem de base para responder às seguintes indagações: Quais os elementos que determinaram a adoção, por parte do governo local, do formato escolas ambulantes para a organização escolar no território do Acre? Deveria o professor possuir “saber específico” para trabalhar com o formato de “escolas ambulantes”? Quais fatores e circunstâncias funcionavam como elementos determinantes para pôr em funcionamento e desativar estas escolas nos espaços rurais nos quais elas eram instaladas? O percurso metodológico para responder às questões de estudo tomou como elemento inicial a legislação que organizava a educação nos Departamentos administrativos do Acre territorial e, em seguida, à análise dos periódicos, para identificarmos que, nos anos de 1930, sob a vigência da Lei Hugo Carneiro, havia uma forma de organização escolar denominada como “escola ambulante” cujo modelo pode ser reconhecido como uma das estratégias adotadas pelos governos locais do território para atender aos prenúncios da modernidade anunciada. No arcabouço geral da análise foram utilizados como fontes os periódicos publicados no território tanto àqueles editados pelos órgãos oficiais como aqueles considerados independentes. Como

aporte teórico buscou-se nas análises de Dantas e Lima (2012), Lima (2012), Souza (1998), Dantas (2011), e Souza (2014), elementos que servissem de âncora para apoiar as análises acerca da organização da educação no antigo Território Federal do Acre. Um dos achados da pesquisa nos permite reconhecer que a identificação e existência do modelo de organização escolar denominado de “escola ambulante” nas terras do antigo Território Federal do Acre acabou por direcionar a investigação no sentido compreender as determinações e interesses políticos que perpassavam a esta configuração de modelo escolar, suas origens, finalidades e objetivos, além do uso político que dela era feito aliado ainda às razões que justificavam a adoção desse formato de organização escolar em terras acreanas no início de século XX, no período em que a organização do Acre estava sob o signo de “território federal”.

PALAVRAS CHAVE: educação no território do Acre; escolas ambulantes; organização da educação no território do Acre.

1 | CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

No momento em que nos propusemos a realizar a pesquisa sobre a história da educação no antigo Território Federal do Acre, movimento este operado quando da oferta Disciplina de História da Educação na Amazônia no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC no primeiro semestre de 2016, várias foram as possibilidades de estudo que emergiram a partir do contato e manuseio com o material bibliográfico trabalhado dentre estes os periódicos: O Cruzeiro do Sul (1906 a 1917); A Reforma (1918 a 1934).

Contudo, definimos então que o foco principal estaria circunscrito e delimitado nos domínios da organização da educação acreana entre o período do Acre Território Federal, (Aprovado pelo Decreto Lei nº 4.181, de 16 de março de 1942) até os princípios da década de 60 com a elevação do Território à categoria de Unidade Federada, aprovada pela Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962. Este é, portanto, o recorte temporal sendo que as fontes para tratar do objeto serão os jornais anteriormente citados.

Escrever sobre a história de uma sociedade depende da escolha do historiador, é ele quem irá definir qual o fato histórico que deseja pesquisar, o recorte histórico, e, principalmente qual será o referencial teórico a ser utilizado na análise dos fatos a serem evidenciados. (PADILHA; NASCIMENTO, 2015, p.123)

O contato e o manuseio com as fontes preliminares de pesquisa, os jornais, encantava-nos a cada passo, a cada número pesquisado, não apenas por se tratar do primeiro contato com a fonte documental a ser trabalhada, mas também por nos descortinar possibilidades e a riqueza de informações que poderiam ser extraídas da pesquisa situada dentro da compreensão assinalada por Toledo e Júnior (2012).

Os avanços tecnológicos trouxeram algumas facilidades para pesquisas no campo da história, particularmente, as proporcionadas pela digitalização de fontes e sua disponibilização em redes eletrônicas. Destacam-se como pontos como: o estudo do conteúdo publicado, o papel social assumido pelo periódico, a materialidade do

jornal ou revista, bom como as características distintivas da imprensa pedagógica. (TOLEDO; JUNIOR, 2012.p.255)

A recorrência aos jornais de época como fonte de pesquisa permitiu incursionar pela gênese da educação no antigo Território Federal especialmente em um período que visava o alcance da educação para o desenvolvimento e progresso local. Assim, os jornais da década de 30 do século passado eram construídos e estruturados de forma admirável no que se refere ao conjunto de informações da sociedade em contexto mundial, nacional e local, haja vista que naquele espaço era noticiado o que estava acontecendo no mundo, expostas as notícias oficiais de governo, além de se constituir fontes de propagandas comerciais e colunas sociais. Por conseguinte, eram veiculadas nos jornais notícias de caráter oficial como, por exemplo, a nomeação de professores.

ESCOLA “MATHIAS OLYMPIO”

Para exercer interinamente o cargo de professora da escola “Mathias Olympio”, no bairro “Itamaraty” desta cidade, foi nomeada pelo governador: do Território, a senhorinha Nancy Brasil. (A REFORMA, 1926).

Para os limites deste trabalho priorizamos o jornal “A Reforma” e “O Cruzeiro do Sul”, este apresentava as notícias oficiais de governo; o outro era formado por informações oficiais e tinha elementos que informavam à população sobre o que acontecia no exterior enquanto que no espaço local informava aos leitores sobre as festividades religiosas, colunas sociais, poesias e crônicas que revelavam o saudosismo daquele período.

Um acreança não é um ventre, é uma ave

Quereis modelar a escola! Não copieis o claustro, imitae o ninho.

E por isso quando as creanças sahem da aula tem alegria vibrante, radiosa, allucinada gritam, saltam, trepam as árvores, roubam os ninhos, apedrejam os cães, correm, desaparecem, vôam como passaro que fugiu da gaiola; Vôam sim a alegria tem azas. E a natureza que protesta. A natureza! Palavra santa. E o berço do mundo. Fora della não ha sciencia nem religião. (O CRUZEIRO DO SUL, 1907)

Em relação aos jornais as estruturas e notícias davam conta daquilo que buscavam anunciar e informar os acontecimentos daquele período visto que em algumas leituras era possível identificar a posição política dos jornais, seja ele oficial ou independente, aspecto este que contribuiu para optarmos por priorizar nos periódicos as matérias que tratavam sobre a educação e como os governantes do Território do Acre anunciavam as ações praticadas e planejadas no campo da educação, sempre visando com ela, a modernidade preterida e anunciada. (DANTAS, 2011).

Se num primeiro momento a idéia era a de instituição de uma base na qual se assentariam as ações governamentais, contribuindo com o desenvolvimento da República recém-instituída, no outro as ações são dedicadas a aproximar o Acre das mais modernas condições que o País está a produzir, especialmente no que concerne a instrução pública. A modernidade é pretendida e requerida, sob pena

de o território não se inserir no projeto de Nação que está a instituir no Brasil republicano. (DANTAS, 2011, p.36)

Com base na autora, essa modernidade preterida e anunciada, era especialmente através do ensino, pois no contexto republicano a educação seria o fator emergencial para o desenvolvimento do país, visto que, nesse período o analfabetismo no Brasil era um dos principais problemas que inviabilizava o crescimento nacional. Desta forma, os representantes do Território do Acre, buscavam alternativas para que atendessem as exigências e pudessem ser inserido no projeto de Nação. O principal objetivo era que o Acre fizesse parte deste crescimento e urbanização, por isso as mudanças começariam pela educação, buscando alternativas para que instruissem o cidadão acreano foram criadas as escolas móveis, mais tarde ambulantes, que tinham como prática alfabetizar o sujeito pelo método João de Deus.

Entretanto, foi feito um breve estudo como principal fundamentação teórica os jornais, através da pesquisa é possível entender como se configurava esse modelo de escola, como funcionava e a que se propunha a realizar. Como também o movimento realizado pelos representantes do território do Acre para atender essa exigência nacional para que pudesse fazer parte do projeto de Nação. Tentaremos responder essas questões no tópico a que se apresenta posteriormente.

2 | ENTRE NOTAS E FATOS: AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Neste trabalho como já mencionado anteriormente, utilizamos os jornais como meio de informações e fontes de pesquisa e caracterizados segundo análise de Dantas (2011) como:

[...] Folhas literárias, jornais que criticam a ação dos governos locais, jornais oficiais, jornais particulares com uma periodicidade média de dois anos, dentre estes últimos, alguns são editados por famílias influentes que admitem o impresso como um importante mecanismo de divulgação de sua posição quanto a política local. (DANTAS, 2011, p.29)

Desta forma podemos compreender que esses jornais apresentavam características diversas, sendo meios essenciais para a divulgação das informações a considerar o período a ser abordado o qual se inicia a partir de 1906. O período a ser tratado, refere-se ao Acre territorial, que conforme (DANTAS, 2011):

No ano de 1920, com a publicação do Decreto Presidencial n. 14.383 em 1 de outubro de 1920 o território do Acre passa da estrutura departamental para o regime unificado territorial, permanecendo nessa condição até 1962, quando passa a condição de estado federado. (DANTAS 2011, p.31)

A partir das fontes selecionadas abordar-se-á a implantação das chamadas escolas ambulantes ou escolas móveis, esta primeira forma foi anunciada no jornal: “O Cruzeiro do Sul” em 1906. Mas em que consistiriam essas escolas? O significado da

palavra *escola*, segundo o dicionário da língua portuguesa significa: estabelecimento onde se ensina: ir à escola. Conforme a definição da palavra no dicionário, ambulantes significa: sem local determinado ou morada fixa; a palavra móvel significa: que se move, que pode ser movido. Em sentido literal, as escolas ambulantes eram escolas custeadas pelo município que pretendiam ensinar e que se configuravam em escolas que não teriam lugar determinado, fixo. Elas se moveriam conforme a necessidade das pessoas ou das comunidades locais.

No caso das escolas ambulantes ocorre um processo inverso: a escola chega até o aluno, pois estas conforme informações dos jornais, eram escolas que destinavam-se a lugares de difícil acesso e eram móveis porque não permaneciam em um mesmo lugar à medida que passava um ano e tinha como objetivo alfabetizar todas as pessoas da localidade (crianças e adultos) retornaria novamente aquele lugar após 2 anos caso houvesse necessidade. Desta forma, os professores também eram “móveis”, devido a sua figura de professor que mudava de local, assim que o objetivo de alfabetizar os alunos era alcançado.

A rotatividade desses professores era um desafio constante, pois muitos ficavam isolados sem transportes na localidade nas quais se propunham trabalhar; outros eram exonerados, pois abandonavam os cargos nos locais prefixados dessas escolas. Além desses problemas enfrentados, as escolas tinham estruturas deficitárias e eram pobres em termos de materiais didáticos, pedagógicos, situação esta que certamente dificultava e desestimulava o trabalho dos professores que atuavam nas escolas ambulantes. Agravava ainda mais esta situação a condição dos pais que eram ignorantes e não davam importância para que essas crianças fossem à escola, apesar de todas as tentativas do governo local em alfabetizar essas crianças.

No ano de 1914 foram buscadas estratégias para garantir maior frequência das crianças na escola como, por exemplo, a doação de prêmios conforme se explicita abaixo

Seria de vantagem, segundo penso, a instituição de um prêmio pecuniário para o aluno de cada escola do interior, que desse, durante o ano letivo, menor número de faltas. Assim estimulados pela conquista desse prêmio, os pais tomariam interesse não só pela frequência escolar, como pelo aproveitamento das diferentes matérias do programa. (O CRUZEIRO DO SUL, 1914).

Com todas as estratégias pensadas pelo governo do Departamento do Alto Juruá, ainda se tornava inviável, pois os pais eram desprovidos de conhecimentos e não tinham como ajudar os filhos, tornando o trabalho do professor ainda mais difícil.

A frequência destas escolas depende, em grande parte do interesse do professor, mas principalmente do interesse dos pais pela instrução dos seus filhos, interesse este que está na razão direta do grau de cultura dos respectivos genitores, tutores ou responsáveis pelo futuro das crianças. (O CRUZEIRO DO SUL, 1914)

A pesquisa realizada nos permitiu identificar ainda que os jornais Folha do Acre (1927); O Rebate (1921); A Reforma (1926, 1928) e O Cruzeiro do Sul (1906,1907,1914), tratavam das escolas móveis e ambulantes. Ressalta-se ainda que

na Reforma Hugo Carneiro período do território unificado ainda permanecerá a figura das escolas ambulantes permanecendo na Resolução de Governo em 1930 a divisão e organização das escolas primárias.

O jornal: “O Cruzeiro do Sul”, em 1906, anuncia a necessidade das escolas móveis naquela região para atender à população que se encontrava as margens dos rios e uma estrutura escolar compatível com as necessidades do departamento Alto Juruá. Em um primeiro momento o discurso anunciava a criação de 10 escolas para área de difícil acesso ou comunicação, pois a educação não chegaria nessas localidades se não fosse a configuração das escolas ambulantes.

Fundei já, como atrás constatei, três escolas primarias, duas mixtas e uma nocturna, para adultos. Poderei talvez fundar mais sete, ou sejam dez escolas para um grande população espalhada numa extensão vastíssima e actualmente de difícil comunicação. (O CRUZEIRO DO SUL 1906).

O objetivo de criação dessas escolas era de alcançar os trabalhadores que estavam nos barracões e que se reunissem na residência do dono do seringal para aprender a ler e a contar. Este período tinha duração era de três a sete meses aplicando o método “João de Deus”:

O essencial é que, neste lapso de tempo, feitas as duas ou três arrecações da seringueira, cases homens se juntem nas cercanias da residência do dono do seringal. Ora uma escola móvel, pelo methodo João de Deus ensinaria os discípulos aggregados em cada barracão a ler, escrever e contar em três a quatro mezes. (O CRUZEIRO DO SUL, 1906).

A Cartilha Maternal é uma obra de natureza pedagógica, escrita pelo poeta e pedagogo João de Deus. Publicada em 1876 se destinava a servir de base a um método de ensino da leitura às crianças. A referida cartilha é uma das obras mais vezes reimpressas em Portugal, tendo sido extensivamente usada nas escolas portuguesas por quase meio século, ainda mantendo alguns seguidores. (RUIVO, 2006, p.2).

O método de ensino foi criado em Portugal, pois no Brasil não havia professores habilitados nesta especialidade das escolas móveis. Para fazer o movimento que era feito em Portugal, a forma de levar a educação para essas pessoas seria trabalhada desta forma: com seis professores contratados em Portugal, que trabalhariam no verão nas escolas fixas e de inverno nas escolas móveis, conforme anunciado no Jornal “O Cruzeiro do Sul” (1906).

Na região, no período das cheias, em que os moradores da localidade não poderiam se movimentar para trabalhar na colheita, a saída era somente por meio de canoas para buscar comida nos barracões. Este era o momento de ensinar a ler e contar. Estas escolas também dispunham de bibliotecas ambulantes. Desta realidade uma constatação relativamente óbvia era a de que desde o ano de 1906 já se buscava meios para despertar nestes sujeitos o gosto pela leitura e livrá-los do vício do álcool.

Estes mesmos pioneiros da civilização encarregar-se-iam de dirigir uma biblioteca ambulante que o acompanhariam por toda a parte, e que além de reforçar o ensino despertaria o habito da leitura das classes baixas arrancando-as à distracção do alcool. (O CRUZEIRO DO SUL, 1906).

Se o objetivo da educação do Território naquele período era a modernidade materializada, dentre outras ações, pela alfabetização questão que pode concorrer para justificar a escolha do método João de Deus, a metodologia utilizada nesse procedimento de ensino era fazer os discípulos agregados em cada barracão a ler, escrever e contar em três a quatro meses (O CRUZEIRO DO SUL, 1906). Essa era a forma utilizada para ensinar os sujeitos que faziam parte dessa organização de escolas e bibliotecas móveis e ambulantes.

No Território do Acre o termo “escolas ambulantes” foi visto pela primeira vez no Jornal “O Cruzeiro do Sul” no ano de 1914. Este jornal teve sua primeira publicação no ano de 1906 e circulou durante onze anos, ou seja, até o ano de 1917. Se tratava de um jornal oficial e que apresentava a situação da educação primária a partir da apresentação dos relatórios das inspeções feitas pelo Sr. Joaquim Generoso D’Oliveira. “As escolas do Alto Juruá propôs medidas praticáveis ao real proveito ao ensino primário no Departamento, falou da dificuldade da difusão do ensino primário, devido sua localidade e a disseminação da população escolar no território do Departamento, em quase totalidade nos seringais em que naquele momento seria impossível levar os efeitos benéficos da instrução primária”.

Como forma de fazer o enfrentamento da precariedade da situação a apresentar soluções face às dificuldades foram propostas medidas tais como: fundação de internatos, mas ao mesmo tempo em que sugeriu, diz que é arredada essa hipótese, bem como a das escolas ambulantes, conforme se ressalta na fala a seguir:

Arredada essa hipótese (*dos internatos*), como também deve ser arredada deve ser a ideia da prática do ensino pelo sistema das escolas ambulantes, como já tive ocasião de expor a V. Exa., resta unicamente a manutenção das escolas existentes, a criação de outras em pontos habitados por crecido número de crianças em idade escolar e a adoção de medida secundária, conducentes a uma frequência mais numerosa e ao aproveitamento das disciplinas escolares, ministradas na conformidade dos programas as quais adiante submeterei ao claro entendimento de V.Exa. (JORNAL O CRUZEIRO DO SUL, 1914).

Nos argumentos expostos acima se percebe claramente que não há uma defesa das escolas ambulantes, embora esta, seja vista como uma das saídas para as dificuldades enfrentadas para levar o ensino primário aos locais de difícil acesso, como é o caso dos seringais.

O periódico “A Reforma” criado em 1918 e que teve publicação até o ano 1934 também tratou das escolas ambulantes. O referido jornal era voltado principalmente para as questões políticas, econômicas e sociais do Território do Acre. Foi fundado na Vila Seabra (hoje município de Tarauacá), localidade situada na Foz do Rio Murú que servia de sede ao então Departamento do Tarauacá – uma das divisões administrativas do antigo Território Federal do Acre. O jornal tinha de quatro a seis páginas por edição, era sempre publicado aos domingos e exibia a cada página com cinco colunas de texto e imagens esparsas. O exemplar custava 1\$000 (Um réis), com assinaturas semestrais e anuais a 20\$000 (vinte mil-réis) e 30\$000 (trinta mil-réis).

No ano de 1926 este jornal faz menção as escolas ambulantes, anunciando que o presidente de Minas assinou um Decreto criando 22 escolas ambulantes, além de denunciar a negligencia dos governos e as dificuldades da educação primária:

E enquanto o governo não se deliberar a tomar uma medida seria em favor da deficientissima instrucção publica no Territorio, não só organizando um regulamento de ensino próprio as dificuldades que o meio oferece, como também mantendo uma rigorosa fiscalização funcionarios, o ensino no Acre será sempre um sonho irrealizavel. (A REFORMA, 1926)

Podemos perceber que já naquele período se indicava para a necessidade de adoção de medidas a serem tomadas para superar a deficiência da educação pública primária entendendo-se que as reformas empreendidas à ocasião revelam necessidades anteriores que se perpetuaram ao longo dos anos. Nesse sentido, a necessidade de “superar” as deficiências da instrução pública levava em conta as dificuldades que já existiam desde os primórdios do Território do Acre.

Sobre a questão o Periódico anuncia:

Facil era ser imitado o exemplo do presidente de Minas, creando-se as escolas ambulantes, porque, aqui deante de tantos óbices, preciso se tornar que a instrucção vá oferecer se em toda parte onde é desejada, por que o acolhimento será feito entre risos de satisfação. (A REFORMA, 1926).

Em 1926 o Jornal “A Reforma” acrescenta ainda que “no Acre, mais do que em outro lugar qualquer é uma necessidade estabelecer as escolas ambulantes”. Essa necessidade advinha do fato de que sem as escolas ambulantes as crianças seriam criadas sem instrução, sem luz, sem noção de direito e civismo e seriam inúteis para a segurança da pátria, da família e da religião.

Em 1928 o referido jornal faz menção as escolas ambulantes e destaca que:

[...] Aprovadas conclusões indicando unificações legislações obrigatoriedade ensino primário indicando repressões contra o alcoolismo instituindo escolas ambulantes dando nova orientação instrucção publica cujos cargos serão providos mediante concurso, etc. (JORNAL A REFORMA, 1928).

Naquele período pode-se dizer que já se impunha a questão a questão da obrigatoriedade do ensino primário e que as escolas ambulantes aparecem com um caráter inovador, oportunidade na qual também irá surgir a idéia de realização de concursos para assumir cargos nas escolas. Doutra feita, esse jornal voltou a fazer menção às escolas ambulantes no ano de 1933 quando diz: “Ministrar instrução publica meio escolas ambulantes”.

Outro jornal utilizado como base para a consulta a cerca das escolas ambulantes no Território Federal do Acre foi a “Folha do Acre”. O referido veículo passou a circular em 14 de agosto de 1910, quando se declarou “órgão das aspirações e dos ideais do povo acreano”. Era editado na “Cidade da Empresa”, atual Rio Branco, capital do Estado do Acre. O jornal denominava-se de cunho político e noticioso e tinha as publicações semanais. Vendido por assinatura: o Anno 50\$000 (cinquenta mil-réis), o semestre 25\$000 (vinte e cinco mil-réis) e o trimestre custava 15\$000 (Quinze mil-

réis). Neste jornal o que é apresentado sobre as escolas ambulantes não se refere ao Território do Acre, mas fala da instrução primária de Minas Gerais, como também falava em alguns pontos sobre o máximo de alunos que deveria ter em uma classe:

I.O máximo em cada classe será o seguinte: escolas ambulantes, 25; rurais e nocturnas; 30 districtaes; 40; urbanas,45

II. O mínimo de frequencia em cada classe: escolas ambulantes, 15;rurais e nocturnas, 20; districtaes,25; urbanas,20. (FOLHA DO ACRE, 1927).

10

Com base nas observações acima citadas é de se supor que as mesmas talvez expressem sugestões ou uma espécie de modelo para ser adotado nas escolas ambulantes existentes na cidade Empresa, atual Rio Branco, posto se tratar de uma referência organizativa de outro lugar do Brasil.

No entanto, na administração do Dr. Mello Vianna, o mesmo, avalia a possibilidade da movimentação que fez Minas Gerais neste período para a implantação desse modelo de escola, acreditando que se deu certo em Minas porque não implantar as Escolas Ambulantes no Território do Acre. Esta seria uma das alternativas encontradas para a solução vergonhosa do país em relação aos analfabetos como bem chama atenção no (JORNAL A REFORMA, 1926):

E pensamos mesmo se difícil leva-se a efeito objeto de tal ordem. Primeiro as dificuldades satisfatorio,facto este motivado pela negligencia que reina sempre nas repartições competentes onde se acham os dados indispensáveis para tal empresa;segundo,porque,caso conseguissem, se veriam obrigados a silenciar em virtude da cifra avultadae vergonhosa de analfabetos que apresentariam. (A REFORMA, 1926).

O grande problema encontrado pela administração territorial residia no fato de que somente estados como Minas era favorecido com esta forma de alfabetizar os sujeitos em áreas nas quais a Escola tinha dificuldade para chegar, pois se tratava de áreas distantes e de difícil acesso. Desta forma, o Estado do Amazonas e o Território do Acre, por exemplo, eram excluídos de toda forma de apoio para alfabetizar o seu povo. A indagação feita pelos representantes da administração naquele período era de que, se em Minas deu certo a estrutura escolar das escolas ambulantes, porque não daria no Território do Acre?

Além do Jornal apresentado, outros também faziam menção a esse modelo de escola que estava sendo implantando no país como é o caso do Jornal “O Rebate” que também era um jornal do município do Juruá, Cruzeiro do Sul. A sua publicação acontecia semanalmente, o exemplar era produzido por órgão independente e também era acessado por assinatura. Começou a circular em 1921 e teve vida duradoura até o ano de 1971. Este jornal noticiou sobre a banca de trabalho o número 611 da Folha do Acre que trazia a acta da 2ª reunião do Congresso das Municipalidades Acreanas e, dentre outros assuntos, destacou: “Uniformizações das legislações municipaes;

adopção de medidas repressivas contra o álcool; instrução e criação das escolas ambulantes e nova orientação do ensino público, cujos cargos serão providos mediante concursos” (O REBATE, 1921)

Nessa informação trazida pelo jornal “O Rebate” pode ser extraída a constatação de que as escolas ambulantes ainda estavam no campo das idéias havendo uma orientação para sua criação. Assim, pode-se constatar que até o momento de realização da Reforma Hugo Carneiro as escolas ambulantes no Território Federal do Acre não passavam de uma proposta, de sugestão de ideia que poderia ser implantada.

Outra referência identificada por ocasião da pesquisa documental e que aborda as escolas ambulantes é o jornal “O Acre” que no ano de 1930 anunciava as resoluções empreendidas pelas reformas por Hugo Carneiro.

Hugo Ribeiro Carneiro (1889-1979) nasceu em Belém no dia 28 de julho de 1889 Estudou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, inicialmente no Ginásio Nacional (hoje Colégio Pedro II) e depois no Ginásio São Bento e no Colégio Bôscoli. Ingressou, a seguir, na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro da qual sairia bacharel em ciências jurídicas e sociais em janeiro de 1911. Ainda acadêmico foi funcionário da Fazenda Federal, função que desempenhou até 1910. Foi governador do Acre, de 15 de junho de 1927 a 3 de dezembro de 1930.

Relativamente à reforma de Hugo Carneiro e no que se refere especificamente a educação o Capítulo I tratava da divisão e organização das escolas primárias:

Art. 10. O ensino primário territorial ministrar-se- a em escolas de cinco tipos:

- a) escolas ambulantes.
- b) escolas ruraes.
- c) escolas urbanas.
- d) escolas nocturnas.
- e) grupos escolares.

Naquele período foram instituídos cinco tipos de escolas, dentre elas as escolas ambulantes, havendo sugestões e propostas de como essas deveriam “funcionar”. Sobre isso foi apresentado no capítulo I da divisão e organização das escolas primárias:

Art. 11 as escolas ambulantes serão creadas com o fim de melhor difundir pelo interior do Território a alphabetisação e outros conhecimentos elementares imprescindíveis a qualquer indivíduo, inclusive noções rudimentares de hygiene,educação cívica, agricultura,etc.

Até então as escolas ambulantes tinham como principal objetivo a alfabetização das crianças e isso deveria ocorrer em um curto prazo, acrescentando-se ainda outros conhecimentos que seriam necessários aos alunos, considerados importantes para formar o cidadão, trabalhador e que tivesse o sentimento patriótico, uma mentalidade

voltada para a defesa do seu país, um amor pelo lugar onde vive.

Outro ponto que é ressaltado na reforma sobre as escolas ambulantes referenciado nas resoluções de Governo do Território, na administração de Hugo Carneiro em 1930 está assim definido:

Art. 11: As escolas ambulantes serão creadas com o fim de melhor difundir pelo interior do Territorio a alfabetização e outros conhecimentos elementares imprescindiveis a qualquer individuo, inclusive noções rudimentares de hygiene, educação cívica, agricultura e etc.

§ 1º- Nestas escolas o curso será de um anno letivo, permanecendo apenas por esse espaço de tempo em cada localidade.

§ 2º - O numero de escolas ambulantes dependerá da necessidade de cada município.

§ 3º - As escolas ambulantes só depois de um espaço de dois anos poderão funcionar em localidades em que já estiveram installadas.

Pelo exposto até aqui se depreende que as escolas móveis e ambulantes foram se configurando no Território do Acre, a partir de 1906 e com o objetivo de levar a educação aos adultos e crianças que não tinham condições de acesso à escola primária por meio de terras firmes. O governo no sentido de formar o cidadão republicano, em vistas a modernização do espaço em que vivem, buscava diminuir o analfabetismo local. A presença dessas escolas também foi sinalizada em São Paulo com a criação de escolas ambulantes entre bairros, por se tornarem distantes entre elas.

Ainda na pesquisa foi possível identificar a mesma figura de construção dessas escolas em Minas Gerais, que por um determinado momento, o Departamento do Alto Juruá questionou o porquê de não criá-las dentro do território.

E enquanto o governo não se deliberar a tomar uma medida seria em favor da deficientíssima instrução publica no território, não só organizando um regulamento de ensino próprio às dificuldades que o meio oferece, como também uma rigorosa fiscalização aos funcionarios, o ensino no Acre será sempre um sonho irrealizavel. Fácil era ser imitado o exemplo do presidente de Minas. (A REFORMA, 1926)

O modelo de escola existente não somente em Minas, mas em outros estados nacionais como já mencionado, também foi criado no território acreano, para levar o ensino às áreas de difícil acesso que existiam naquela época. O modelo de escolas ambulantes, mesmo com suas dificuldades, alcançou muitos cidadãos que não teriam como ter as primeiras instruções primárias, que através dessa configuração de escola, como também a forma de ensino, foi possível alfabetizar esses cidadãos nas localidades mais distantes. Embora o governo tenha buscado essa configuração escolar para atender as necessidades locais relativas à educação, o maior fracasso existente nas terras acreanas era devido à falta de verbas para o ensino, o que inviabilizava a inserção do Acre no novo modelo educacional implantado no país.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise dos jornais (Folha do Acre, O Rebate, A Reforma, O Cruzeiro do Sul), que circulavam no período do Acre território devem ser vistos como importantes da pesquisa historiográfica no campo da pesquisa em História da Educação, pois possibilita identificar e inventariar vários momentos que marcam o desenvolvimento da educação no Território do Acre especialmente no que refere à institucionalização da escola e o processo de organização da educação no território.

O acesso às fontes primárias de pesquisa, os jornais, partir de 1906, nos colocou em contato com toda a movimentação feita para que fossem implantadas as escolas ambulantes, aspecto que se constitui no fio condutor desta pesquisa documental, permitindo-nos identificar como as mesmas se configuravam nos limites do território além de compreender como ocorria o funcionamento desta forma de organização escolar. Os jornais foram essenciais para a descoberta desse modelo escolar que levava a educação aos lugares longínquos do território.

Com a leitura e análise dos periódicos, constatamos em primeiro lugar que há pouca menção sobre esse tipo de escola nos jornais, mas as informações contidas neles, nos possibilitaram compreender como se dava o funcionamento das escolas ambulantes, o que para tanto, nos desafiou a interpretar pelo viés da pesquisa historiográfica e suas diferentes lentes como essas escolas foram se configurando dentro do território, as razões que justificavam a necessidade de sua implantação, os motivos de sua criação e, especialmente, o que realmente desejavam os governantes com a proposição deste modelo de oferta denominado de “escola ambulante”.

A constatação mais evidente é a de que naquele período já se buscava alternativas de enfrentamento para erradicação do analfabetismo um dos problemas que de forma tão alarmante marca a educação acreana. Por outro lado, também eram claramente identificados os anseios de modernidade para se formar o cidadão republicano no Território Federal do Acre. Ainda nesta perspectiva, a educação buscava a saúde e a moral, aspectos mensuráveis a partir da análise dos periódicos e da realidade com a qual os documentos dialogavam.

Outro fator relevante que também pode ser ressaltado diz respeito ao fato de que esse tipo de escola foi uma das formas de se levar a instrução primária aos lugares de difícil acesso, à época os chamados “seringais”.

Assim, podemos concluir que estas escolas móveis, como o próprio nome sugere, não ficavam em um lugar por mais de um ano, assim a forma de alfabetização baseava-se em uma metodologia que tornasse possível alfabetizar as crianças, como também adultos de uma forma rápida. A partir daquele modelo de escola que tinha um caráter moderno, contribuiu para que a educação, mesmo de forma rápida e complexa, chegasse aos lugares de difícil acesso. Ressaltamos ainda a importância dos periódicos como fonte de pesquisa documental os quais abrem possibilidades diversas para se incursionar pela história da educação acreana, seara pouco investigado ainda.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Jornal A Reforma**, (1926/1928).

_____. **Jornal Folha do Acre**, (1927).

_____. **Jornal O Acre**, (1930)

_____. **Jornal O Cruzeiro do Sul**, (1906/1907/1914).

_____. **Jornal O Rebate**, (1921).

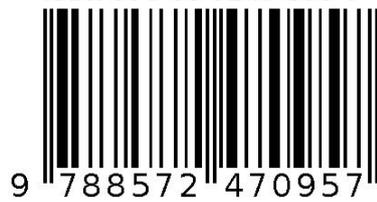
DANTAS, Andréa Maria Lopes. O 'Vozear na mata e a modernidade anunciada: Educação no território do Acre através dos Jornais (1906-1930). **Revista HISTEDBR *On-line***, Campinas, número especial, p. 28-41, Out. 2011.

TOLEDO, Arnaut Alencar César; JUNIOR, Skalinski Orimar. A Imprensa Periódica Como Fonte Para a História Da Educação: Teoria e Método. **Revista HISTEDBR *On-line***, Campinas, n.48, p.255-268, Dez.2012.

PADILHA, Lima Mara Lucia; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A Pesquisa Histórica e a História da Educação. **Revista HISTEDBR *On-line***, Campinas, n°66, p.123-134, Dez2015.

RUIVO, Isabel. **João de Deus: Método de leitura com sentido**. Actas do VI Encontro Nacional (IV Internacional) de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração. Braga: Universidade do Minho, Outubro de 2006. Disponível em:< http://www.casadaleitura.org/porta/beta/bo/documentos/ot_metodo_leitura_joao_deus>. Acesso em: 14 de julho 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957